

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XIII
<i>O Dom da Palavra</i>	XV
<i>Prefácio</i>	XVII
<i>Nota à 4ª Edição</i>	XIX
<i>Nota à 3ª Edição</i>	XXI
<i>Nota à 2ª Edição</i>	XXIII
<i>Nota do Autor</i>	XXV

Parte I

FUNDAMENTOS

Capítulo I – Direito Processual Constitucional: Noções Fundamentais. Conteúdo Programático	3
1. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual: objeto; distinção	3
2. Direito Processual Constitucional e Teoria Geral do Processo: relação entre as duas disciplinas.	7
3. Trilogia estrutural de conceitos básicos da Teoria Geral do Processo: jurisdição, ação e processo. A defesa como quarto elemento estrutural. Fundamentos constitucionais do quadrinômio	8
4. O processo como complemento das garantias fundamentais	9
5. O direito ao processo e o acesso à Justiça	10
6. Evolução do Direito Processual Constitucional	12
Capítulo II – As Modernas Constituições e o Processo	17
1. As Constituições como sedes de normas processuais	17
2. Constituições de alguns países da Europa e da América Latina	18
3. A Constituição brasileira	30
Capítulo III – Princípios Constitucionais do Processo	33
1. Considerações prévias.	33
2. Princípio do devido processo legal	35

3. Princípio do juiz natural	38
3.1. A extensão do princípio ao Ministério Público: princípio do promotor natural	40
4. Princípio do contraditório	41
5. Princípio da ampla defesa	44
6. Princípio da motivação das decisões	46
7. Princípio da publicidade	48
8. Princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional	50
9. Princípio da licitude das provas	54
10. Princípio da celeridade processual	56
11. Princípio da presunção de inocência	58
Capítulo IV – Jurisdição Constitucional	61
1. A jurisdição como função constitucional	61
2. A jurisdição constitucional como espécie de jurisdição	64
3. Objeto da jurisdição constitucional	65
4. Plano da matéria neste livro	68

Parte II

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo I – O Controle da Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos	73
1. O controle da constitucionalidade do ponto de vista de sua natureza: modo político e modelo jurisdicional	73
2. Sistemas de controle: sistema concentrado e sistema difuso	78
Capítulo II – O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade no Brasil	83
1. O controle jurisdicional da constitucionalidade no Brasil: sistema misto	83
2. O controle concentrado	84
2.1. Ações diretas de inconstitucionalidade	84
2.2. Ação declaratória de constitucionalidade	99
2.3. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	100
3. O controle difuso: particularidades	108
4. O controle instrumental para fins de intervenção da União nos Estados e dos Estados nos Municípios	110
Capítulo III – O Controle da Eficácia da Norma Constitucional	113
1. O controle da eficácia da norma constitucional: nova dimensão da jurisdição constitucional	113
2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	114
3. Mandado de injunção	116

Parte III

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL:
AÇÕES DESTINADAS À TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Ação Popular	127
1. A ação popular como instrumento de participação política	127
2. Antecedentes históricos. Ação popular não constitucional: possibilidade, <i>de lege ferenda</i>	129
3. Objeto e <i>causa petendi</i>	131
4. Sujeitos da relação processual	135
5. Procedimento	139
6. Outros aspectos processuais	141
7. Natureza da ação	142
Capítulo II – Ação Civil Pública	143
1. A ação civil pública como instrumento de tutela de interesses difusos e coletivos. Hipótese em que pode ser usada para a defesa de interesses individuais homogêneos	143
2. Ação civil pública e ação popular	149
3. Objeto e <i>causa petendi</i>	150
4. Sujeitos da relação processual	153
5. O Ministério Público: tríplice papel	155
6. Aspectos processuais: competência. Procedimento. Provimentos provisórios. Efeitos dos recursos. Coisa julgada	158
7. Natureza da ação	160
8. Ação Civil Pública e atos de improbidade administrativa	162
Capítulo III – Mandado de Segurança	165
1. O mandado de segurança como instrumento de garantia de direitos públicos subjetivos	165
2. Origem histórica: proteção possessória dos direitos pessoais e teoria brasileira do <i>habeas corpus</i>	168
3. Lei de regência	172
4. Direito líquido e certo: requisito especial	174
5. Sujeitos da relação processual	177
6. Cabimento, impetração, procedimento e liminar	181
7. Sentença e coisa julgada. Recursos e execução	186
8. Mandado de segurança preventivo	187
9. Mandado de segurança contra ato judicial	188
10. Atos de gestão comercial: não comportam mandado de segurança	191

11. Mandado de segurança coletivo	193
12. Natureza da ação	195
Capítulo IV – <i>Habeas Data</i>	199
1. O <i>habeas data</i> como garantia de acesso aos registros públicos de informações para tutela da privacidade individual. Origem. Denominação	199
2. Objeto e <i>causa petendi</i>	201
3. Condições da ação	203
4. Competência	205
5. Procedimento	206
6. Outros aspectos processuais	208
7. Natureza da ação	209
Capítulo V – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	211
1. Considerações prévias	211
2. A ação: natureza. Objeto. Exercício	213
3. Legitimação processual	214
Capítulo VI – <i>Habeas Corpus</i>	217
1. Histórico	217
2. O <i>habeas corpus</i> como garantia da liberdade de locomoção: natureza da ação e outros aspectos processuais	218
3. Tipos de <i>habeas corpus</i>	221
4. Procedimento	222
5. Restrições ao seu cabimento	223
6. O <i>habeas corpus</i> e a natureza da prestação jurisdicional	224

Parte IV

DO PODER JUDICIÁRIO

Capítulo I – Aspectos Fundamentais	227
1. Estrutura do Poder Judiciário brasileiro: sistema dualista	227
2. Jurisdição una: o monopólio da função jurisdicional	229
3. Os magistrados: carreira; garantias; limitações; disciplina	230
4. Autogoverno da magistratura	233
5. Órgãos que compõem o Judiciário: juízes e tribunais	233
6. Conselho Nacional de Justiça	238
7. Funções essenciais à Justiça	240
8. Organograma do Poder Judiciário	246
9. Reforma do Judiciário: a complementação esperada	247

Capítulo II – Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça: Órgãos de Superposição na Estrutura do Judiciário	249
1. Origem e composição do STF e do STJ	249
2. O STF e o STJ como órgãos de superposição na estrutura do Judiciário	252
3. O STF e o STJ como Tribunais da Federação	253
4. O recurso extraordinário e o recurso especial	253
4.1. Considerações preliminares	253
4.2. Sentido do termo “causa”	255
4.3. Exclusão do cabimento dos recursos	255
4.4. Prequestionamento	255
4.5. Alcance dos recursos: julgamento da causa	256
4.6. Hipóteses de cabimento	257
4.7. Repercussão geral das questões constitucionais	259
4.8. Juízo de admissibilidade. Particularidades do processamento e do julgamento	261
5. Súmula vinculante	263
6. Reclamação constitucional	266
Capítulo III – Justiça Comum de Primeiro Grau (Federal e Estadual)	271
1. A Justiça Federal e a Justiça Estadual no sistema dualista. Estrutura dos respectivos órgãos	271
2. A competência da Justiça Estadual: caráter residual	273
3. A competência da Justiça Federal: critérios determinativos	274
Bibliografia	279
Índice Onomástico	295
Índice Alfabético e Remissivo	301